

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração da Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, no exercício de 2016, reflete o trabalho de equipe da Companhia e traz os seguintes destaques operacionais e financeiros:

- Destaques operacionais em 2016:
 - o Atingiu-se o recorde anual histórico do volume médio de gás natural movimentado, 83,1 milhões de m³/d. Em janeiro, este valor atingiu a marca histórica de 130,0 milhões m³/d;
 - o Taxa de Ocorrência Registráveis (acidentes com e sem afastamento) situou-se em 0,94, significativamente abaixo do índice máximo aceitável de 2,89;
 - o Inexistência de acidentes com danos ambientais;
 - o Investimentos de R\$ 28,8 milhões, para adequação e manutenção da malha de gasodutos e implantação e modernização de pontos de entrega.
- Destaques financeiros em 2016:

	Controladora	Consolidado
Receita Operacional Líquida	R\$ 6.286 milhões	R\$ 6.360 milhões
EBITDA	R\$ 6.956 milhões	R\$ 6.683 milhões
Resultado Líquido	R\$ 7.170 milhões	R\$ 7.142 milhões

Cabe observar que, a principal razão para o resultado líquido positivo consolidado apresentado acima é a elevada margem operacional da empresa. Além disso, pode-se destacar ainda que, até setembro de 2016, 85% da dívida da TAG estava indexada ao dólar norte-americano, que teve uma desvalorização frente ao real de 17% ao longo do ano de 2016.

Em 24 de outubro de 2016, cumprindo compromisso assumido entre seu acionista – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) – e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ocorreu a reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas, que consistiu na separação da malha de gasodutos da TAG e das suas duas subsidiárias (Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS e Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN), com a seguinte configuração: a NTS consolidou a malha de transporte na região Sudeste do país e a TAG e a NTN consolidaram a malha de transporte nas regiões Norte e Nordeste, englobando ainda o Sistema de Interligação entre as regiões (GASENE). Na mesma data, a TAG reduziu seu capital, transferindo suas ações da NTS para a Petrobras, deixando a NTS de ser subsidiária da TAG.

Um dos documentos da mencionada reestruturação consistiu no Acordo de Prestação de Serviços de gerenciamento que a TAG passou a executar para a NTS.

Nos meses de novembro e dezembro de 2016, seguindo orientação da Controladora Petrobras, a TAG efetuou a quitação da maior parte de sua dívida em dólar norte-americano com o BNDES, no valor aproximado de US\$ 2,94 bilhões, equivalente a cerca de R\$ 9,88 bilhões. Para concluir a operação, a TAG recebeu da Petrobras um adiantamento para aumento futuro de capital (AFAC) na ordem de R\$ 3,69 bilhões.

Ressalto o empenho da equipe da TAG em suportar à Petrobras em seu processo de alienação da NTS.

Em 2017, a TAG terá o desafio de iniciar o próximo estágio de desenvolvimento da Companhia: a busca pela excelência na gestão dos processos e, consequentemente, aprimoramento da gestão de ativos e de pessoas, como forma de ampliar a geração de valor ao acionista e atender com maior eficiência ao mercado de gás natural.

Agradeço o apoio dos membros do Conselho de Administração para o trabalho desenvolvido em 2016.

Roberto Moro
Presidente do Conselho de Administração da TAG

2. A TAG

A TAG tem a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros. Atualmente a atividade principal se concentra no transporte dutoviário de gás.

A origem da TAG remonta a 2002, quando sua razão social era Transportadora de Gás Campinas-Cubatão S.A. (TCC). Em 2004, tornou-se Transportadora Amazonense de Gás S.A. (TAG) e, em 13 de dezembro de 2006, a razão social foi alterada para Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG).

Com a nova razão social e atendendo à diretriz da Petrobras de centralizar a gestão de todas as transportadoras em que a Petrobras Gás S.A. (GASPETRO) detivesse 100% do capital social, a TAG incorporou: a Transportadora Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) e a Transportadora Capixaba de Gás S.A. (TCG), em 30 de janeiro de 2008; a Transportadora Uruçu Manaus S.A. (TUM), em 18 de agosto de 2010; e a Transportadora Gasene S.A., em 30 de janeiro de 2012.

Em 11/06/2014, a TAG passou a ser uma subsidiária integral da Petrobras, mediante a transferência da totalidade de suas ações sob propriedade da GASPETRO para a Petrobras.

Em 15/12/2014, seguindo recomendação de seu acionista, a TAG adquiriu a totalidade das ações da NTS e da NTN.

Em 24/10/2016, seguindo recomendação de seu acionista, visando cumprir compromisso assumido entre a Petrobras e a ANP, foi realizada a reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas, que consistiu na separação da malha de gasodutos da TAG e das suas duas subsidiárias (NTS e NTN), com a seguinte configuração: a NTS consolidou a malha de transporte na região Sudeste do país e a TAG e a NTN consolidaram a malha de transporte nas regiões Norte e Nordeste, englobando ainda o Sistema de Interligação entre as regiões (GASENE).

2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança corporativa da TAG é composta por:

Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada, responsável pela orientação e direção superior da Companhia, com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e pelo Estatuto Social. Tem como principais atribuições fixar as diretrizes estratégicas e supervisionar os atos de gestão da Diretoria. O Conselho é composto por 4 (quatro) integrantes, sendo 3 (três) representantes do acionista controlador e 1 (um) representante indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos eleitos em Assembleia Geral Ordinária para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Conselho Fiscal

Colegiado permanente e independente da Administração, como prevê a Lei das Sociedades por Ações, é composto por 3 (três) membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo 2 (dois) representantes do acionista controlador e 1 (um) representante indicado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas na sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da Companhia e dos acionistas.

Diretoria

Exerce a gestão dos negócios da Companhia, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta pelo Diretor Superintendente e 3 (três) diretores que são responsáveis pelas Áreas Comercial, Administrativo-Financeira e Técnico-Operacional. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 3 (três) anos e é permitida a reeleição.

Auditoria Interna

Subordinada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por planejar e executar as atividades de auditoria interna com objetivo de apoiar a Alta Administração na manutenção de uma estrutura de controles internos adequada para o desenvolvimento eficiente das operações, reduzir exposição a riscos e atender solicitações de órgãos externos de controle.

A Companhia se vale também de Auditoria Externa recomendada pela Controladora e aprovada pelo Conselho de Administração.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

A estratégia corporativa e os planos de ação de curto e de longo prazo são conduzidos de acordo com o Plano de Negócios e Gestão do Sistema Petrobras.

Missão:

Assegurar o transporte de gás natural com segurança, confiabilidade e rentabilidade.

Visão:

Ser reconhecida pela excelência na gestão do transporte de gás natural.

Valores:

Ética – Atuamos com profissionalismo e respeito, prezando por princípios morais e comportamentais que estejam alinhados com as melhores práticas empresariais, conforme o Código de Ética e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Sustentabilidade – Atuamos de forma sustentável, observando as melhores práticas de responsabilidade social, gestão ambiental e desenvolvimento econômico.

Pessoas – Valorizamos o ser humano, mantendo um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento de novas ideias, estimulando a criatividade e o engajamento.

Resultado – Atuamos com foco no resultado, realizando uma eficiente gestão de infraestrutura de transporte de gás com total comprometimento e responsabilidade.

4. GESTÃO EMPRESARIAL

4.1. NEGÓCIO

Os principais objetivos do corpo gestor da TAG são: proporcionar uma geração de caixa estável e remunerar os acionistas, através de uma gestão que privilegia a operação com confiabilidade e segurança dos seus bens e colaboradores, e observa o Programa de Integridade do Sistema Petrobras.

A conquista destes objetivos é alcançada através da aplicação de uma Gestão Empresarial que prioriza:

- A excelência nos serviços prestados;
- A integridade e segurança de operação no transporte de gás;
- A execução dos projetos nos prazos, qualidade e custos previstos;
- A eficiência e a disciplina de capital na gestão;
- A manutenção da prioridade no crescimento orgânico, mas atento às oportunidades dentro do segmento de transporte de gás; e
- As melhores práticas de Recursos Humanos.

No exercício social de 2016, a TAG apresentou faturamento bruto de R\$ 7.480 Milhões, EBITDA da ordem de R\$ 6.683 Milhões e Ativo Imobilizado totalizando R\$ 15.695 Milhões, apresentando-se como a maior transportadora de gás natural do Brasil e uma das maiores empresas do Sistema Petrobras em termos de Receita e Resultado Operacionais.

Visando a excelência em custos e a eficiência administrativa e operacional, a TAG conta com um corpo funcional reduzido, composto por gerentes e coordenadores com reconhecida experiência em suas áreas de atuação, além de manter contrato próprio de suporte às atividades administrativas. Além disso, a TAG utiliza a estrutura do Sistema Petrobras, por intermédio de contrato de compartilhamento de custos e despesas, abrangendo processos tais como: contabilidade, tributário, execução financeira, infraestrutura, tecnologia da informação e despacho aduaneiro.

A Companhia utiliza o Sistema Integrado de Gestão Empresarial, através de uma ferramenta reconhecida no mercado como modelo para integração de processos e gestão de dados.

Em consonância com as iniciativas do Sistema Petrobras para aprimorar a governança, a TAG vem implementando um conjunto de ações com foco na melhoria de seus controles internos e padrões.

A gestão operacional é efetuada pela Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO) – contratada pela TAG para operar sua infraestrutura (inclusive as unidades de compressão próprias) –, realizando a movimentação e entrega do gás natural e por empresas contratadas para prestação de serviço de compressão de gás natural, operando sistemas localizados junto a terceiros.

Por meio do sistema BDEMQ GAS (Banco de Dados de Estoque, Movimentação e Qualidade) é realizado o acompanhamento e certificação dos volumes movimentados diariamente.

Em complemento ao sistema BDEMQ GAS, o sistema SAGa (Sistema de Alocação de Gás) permite a distribuição dos volumes entre os diversos pontos de recepção e pontos de entrega de gás, proporcionando maior controle operacional e agilidade no faturamento.

4.2. RECURSOS HUMANOS

A TAG encerrou o ano de 2016 com o efetivo de 38 (trinta e oito) colaboradores, todos cedidos por empresas do Sistema Petrobras. Atuando em um modelo de gestão matricial, onde o suporte das atividades é fornecido pelo Sistema Petrobras, as pessoas que compõem a empresa possuem perfil profissional e gerencial fundamentais à viabilização de objetivos empresariais neste modelo de gestão.

O desenvolvimento de Recursos Humanos da TAG privilegia a formação e a capacitação de pessoal e está diretamente ligado às estratégias de sua controladora. A TAG adota as políticas e orientações corporativas de Recursos Humanos da Petrobras, seguindo o Código de Ética do Sistema e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

4.3. SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A atuação com responsabilidade ambiental e social é premissa tanto na manutenção das operações, como também no desenvolvimento de novos ativos.

A TAG busca, permanentemente, a excelência operacional, respeitando os mais rigorosos padrões de segurança, além de mitigar externalidades ambientais, bem como potencializar os benefícios sociais inerentes da atividade.

A cada novo empreendimento, estudos e programas são desenvolvidos nas regiões de influência visando identificar e avaliar os impactos nas comunidades, na fauna, na flora, no solo, nos recursos hídricos e no ar, além de propor medidas para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos, enfatizando a integração do empreendimento à localidade. Dentre esses, destacamos:

- Elaboração de Estudo de Análise de Risco e de Estudo de Impacto Ambiental
 - Estes estudos permitem a identificação dos riscos e dos impactos resultantes da instalação e operação de um dado empreendimento. Após a identificação, são desenvolvidos programas e atividades que visam eliminar, mitigar e gerenciar os impactos e os riscos detectados.
- Programa de Monitoramento de Fauna
 - O programa visa o monitoramento sistemático da fauna, permitindo a avaliação dos impactos e das alterações geradas no ecossistema pela implantação e operação do empreendimento.
- Programa de Comunicação Social
 - Busca estabelecer uma ligação permanente com as comunidades vizinhas ao empreendimento, consolidando um fluxo de comunicação contínuo com os diferentes públicos do empreendimento, tratando as dúvidas e problemas relacionados à implantação e operação do empreendimento.
- Programa de Educação Ambiental
 - Visa desenvolver ações educativas nas comunidades locais e com a força de trabalho, formuladas através de um processo participativo, difundindo novos hábitos e valores ambientalmente corretos.
- Projeto de Reposição Florestal
 - O projeto de reposição florestal tem como objetivo compensar a supressão de vegetação, reconstituindo, desta forma, a mata com espécies nativas.

Também são observadas e integram, como itens a serem cumpridos pelos fornecedores de serviço, os seguintes programas nas atividades diárias realizadas nos diversos ativos, zelando pelo bem estar do empregado, sua segurança, saúde e meio ambiente:

1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
2. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;
3. Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT; e
4. Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros – PEMP.

Destaca-se também, a revisão de Estudos de Análise de Riscos para instalações em operação, na ocorrência de quaisquer modificações que representem riscos adicionais ou integrados aos sistemas, de forma a minimizar a probabilidade de ocorrências indesejáveis e a magnitude de suas consequências.

4.4. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O processo de licenciamento ambiental tem como objetivo permitir o desenvolvimento das atividades da Companhia em conformidade com a legislação vigente, cumprindo os preceitos legais e regulamentares durante todo ciclo de vida da instalação.

Em 2016, foi obtida uma nova Licença de Instalação e Ampliação – LIA referente à implantação do Ponto de Entrega Estação KM 370, que estará interligado ao Gasoduto GASFOR (Guamaré-Pecém).

É oportuno observar as ações requeridas com vistas à manutenção das Licenças Ambientais vigentes, relativas às instalações que estão em fase operacional. Para tanto, é efetuado o acompanhamento permanente do atendimento aos requisitos legais, do cumprimento às condicionantes ambientais e, por fim, dos prazos estabelecidos para que os requerimentos de renovação das Licenças de Operação ocorram tempestivamente, permitindo, dessa forma, a continuidade das atividades operacionais em conformidade com a legislação vigente.

Nesse sentido, destaca-se a renovação de 8 (oito) licenças ambientais de instalações que se encontram em fase operacional:

- Gasoduto Cabiúnas-Vitória (GASCAV), que inclui: PE Viana, PE Cachoeiro de Itapemirim, PE Campos dos Goytacazes e ECOMP de Piúma;
- Ramal Açú-Serra do Mel (GASME), Estação Serra do Mel e PE Termoçu;
- EDG Atalaia e PE Aracaju (Atalaia);
- Gasoduto Uruçu-Coari (GARSOL), que inclui: ECOMP Juaruna e COMP Coari;
- Gasoduto Coari-Manaus (GASCOM), que inclui: 10 ramais, 08 ERP e 10 Pontos de Entrega;
- Ponto de Entrega UTE Mário Lago;
- Ponto de Entrega UTE Norte Fluminense;
- Anel de Gás, Ramal de Campos Elíseos 16" e Ramal de Campos Elíseos 20".

Em 2016, em decorrência da reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas, gasodutos, pontos de entrega, estações de compressão e estações de transferência de custódia instalados na malha sudeste (RJ, MG e SP), foram aportados na NTS.

Desta forma, foram dedicados esforços para efetivação do processo junto aos órgãos ambientais, com vistas à transferência de titularidade das licenças ambientais. No decorrer de 2016, foram emitidas as seguintes licenças ambientais em nome da NTS pelos órgãos licenciadores:

- IBAMA/DF: 10 licenças ambientais;
- INEA/RJ: 08 licenças ambientais;
- CETESB/SP: 4 licenças ambientais e 5 dispensas de licenciamento.

A despeito do resultado obtido em 2016, ainda existem licenças a serem transferidas para a NTS ao longo do próximo ano.

4.5. MANUTENÇÃO E INTEGRIDADE

As atividades de manutenção e inspeção necessárias para garantir a confiabilidade, disponibilidade e a segurança operacional da infraestrutura de transporte de gás natural são gerenciadas e controladas pelo Sistema SAP R/3, tomando por base as melhores tecnologias e práticas do mercado, assim como as normas nacionais e internacionais aplicadas à indústria dutoviária, estando em conformidade com a legislação vigente.

O planejamento e execução de tais atividades no campo são realizadas pela TRANSPETRO, contratada pela TAG para atuar em todo território nacional com foco na integridade e eficiência operacional dos gasodutos, pontos de entrega, estações de compressão e demais instalações da malha de gasodutos brasileira.

A TAG gerencia a efetividade destas atividades por meio de um conjunto de indicadores estruturados desenvolvidos para este fim e monitorados, periodicamente, nas auditorias técnico-operacionais, reuniões periódicas e relatórios técnicos mensais.

Em 2016, os ativos da TAG foram vistoriados pela ANP, que cumpriu seu plano de auditorias de processos, controles e conformidade operacional, com o intuito de verificar a adequação das instalações, instalações e controles da TAG às prescrições do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres (RTDT).

4.6. MEDIÇÃO E QUALIDADE

No ano de 2016 foram realizadas inspeções/calibrações pelo operador TRANSPETRO nos sistemas de medição da malha de transporte da TAG. Ao longo de 2016 foram inspecionados 4 trechos retos, 61 placas de orifício e calibrados 88 elementos secundários e 11 elementos primários de medição. Para o ano de 2017 está prevista a assinatura de contrato com empresa acreditada pelo RBC para realização das inspeções/calibrações dos sistemas de medição, de acordo com o RTM ANP/INMETRO 1/2013.

4.7. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 2001, visando à captação de recursos para expansão da capacidade do sistema de transporte de gás natural nas regiões Sudeste e Nordeste do país, foi constituído o Projeto Malhas, com um modelo de negócio baseado no "Consórcio Malhas Sudeste e Nordeste" (Consórcio Malhas), constituído pelas 4 empresas abaixo elencadas:

(i) Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS: Sociedade de Propósito Específico (SPE), subsidiária integral da Petrobras Gas S.A. (Gaspetro), constituída em 15/01/2002 para ser a líder do Consórcio e para a qual foi transferida a propriedade de todos os ativos de transporte de gás natural da Petrobras existentes à época. Posteriormente, em 30/01/2008, foi incorporada e sucedida, inclusive como líder do Consórcio Malhas, pela TAG.

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

(ii) Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS e Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN: SPEs com sede no Brasil, constituídas pela Gaspetro em 15/01/2002, Para fins de viabilizar estruturação financeira do Projeto Malhas, em junho de 2002, foi realizada a transferência da totalidade das ações da NTS para a Mitsui. Posteriormente, ocorreu a entrada na sociedade da Itochu e da Mitsubishi, com 30% das ações cada uma, ficando a Mitsui com 40%, No ano de 2005, houve uma reestruturação societária nas NTS, oportunidade em que Mitsui, Itochu e Mitsubishi transferiram 5% das suas respectivas participações acionárias para a Tokyo Gas, consolidando os seguintes percentuais de participação: Mitsui (35%), Itochu (25%), Mitsubishi (25%) e Tokyo Gas (15%). No Consórcio Malhas, cabia à NTS e a NTN buscar financiamentos e realizar os investimentos para as novas estruturas de transporte de gás natural localizadas nas regiões Sudeste e Nordeste.

(iii) Petrobras Transporte S.A. - Transpetro: incluída no Consórcio Malhas para ser a operadora e mantenedora das instalações de transporte das malhas existentes e de suas expansões.

Em 08/04/2003 a Petrobras e a ANP, celebraram um Termo de Compromisso (TC), pelo qual a Petrobras, como controladora indireta da TNS, se comprometeu a separar a malha de transporte do Consórcio Malhas, após a quitação de seu financiamento, em duas pessoas jurídicas distintas, consolidando uma transportadora de gás natural na região Nordeste e outra na região Sudeste do país. Ressalta-se que a celebração do TC foi parte do processo de aprovação, pela ANP, da estrutura do Consórcio Malhas.

Em 18/06/2003, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a estrutura financeira do Projeto Malhas, contemplando entre outros fatores a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações (Put & Call Agreement) da NTN e NTS.

O objetivo do Put & Call Agreement foi dar a opção da aquisição da NTN e da NTS pela Petrobras (ou subsidiária por ela indicada), uma vez integralmente quitados os financiamentos daquelas duas companhias, com subsequente encerramento do Consórcio Malhas.

Em 2014, a Petrobras decidiu exercer antecipadamente a opção de compra das ações da NTN e da NTS, para subsequente análise da melhor alternativa para a reestruturação societária.

Em 15/09/2014, a Petrobras comunicou aos acionistas da NTN e da NTS sua decisão de exercer a opção de compra e indicando a TAG para fazê-la em seu nome.

Em 23/09/2014, o Conselho de Administração da TAG aprovou a aquisição da totalidade das ações da NTS e da NTN pela TAG, conforme recomendação do acionista controlador.

Em 15/12/2014 a TAG adquiriu a totalidade das ações da NTN e da NTS.

Após a aquisição da NTN e da NTS e observando o acordado no TC celebrado com a ANP em 2003, em junho de 2015 a Petrobras (Controladora) aprovou e recomendou às suas subsidiárias, proposta de Reestruturação Societária que previa: (i) o aporte, na NTS, dos ativos da TAG localizados no Sudeste; (ii) a redução de capital da TAG, com entrega das ações da NTS para a Petrobras e; (iii) a incorporação da NTN pela TAG.

Durante a fase de implementação da reestruturação mencionada, alguns itens precisaram ser revistos e, durante o ano de 2016, a reestruturação societária foi objeto de nova rodada de aprovações, no âmbito da Petrobras Controladora e da TAG.

Assim, em 24/10/2016, foi concluída a referida reestruturação societária, com os seguintes destaques:

- Aporte da TAG na NTS do acervo líquido, formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis em 31/08/2016, na forma de aumento de capital no valor de R\$ 2.308.842.733,12 (dois bilhões, trezentos e oito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e três reais e doze centavos), com base no Laudo de Avaliação emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 14/10/2016, mediante a subscrição pela TAG das novas ações a serem integralizadas pelo referido acervo líquido, considerando que as variações patrimoniais do acervo líquido a partir de 31/08/2016 serão reconhecidas na NTS;
- Redução de capital da TAG, no valor de R\$ 2.599.498.756,11 (dois bilhões, quinhentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e onze centavos), por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, com a redução do valor das ações já existentes, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da TAG, mediante a entrega da totalidade das ações da NTS para a Petrobras, considerando que as variações patrimoniais decorrentes da redução de capital a partir de 31/08/2016 serão reconhecidas na Petrobras, na qualidade de receptora das ações.

Cabe ressaltar que a etapa de incorporação da NTN pela TAG ainda não foi concluída, estando prevista para ocorrer ao longo de 2017.

5. ATIVOS DE TRANSPORTE

A atual infraestrutura da TAG, incluindo sua controlada, conta com capacidade contratada de movimentação de 68,6 milhões m³/dia (milhões de metros cúbicos dia), uma malha de gasodutos com extensão total de 4.490 km, 12 (doze) estações de compressão de gás - dentre próprias e terceirizadas - e 91 (noventa e um) pontos de entrega, presente em 10 (dez) estados brasileiros nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte.

Em 2016, a TAG movimentou o volume médio de 83,1 milhões m³/dia, com recorde de movimentação em 14 de janeiro, alcançando o volume de 130,1 milhões m³. Cabe ressaltar que a capacidade contratada até a reestruturação ocorrida em 23/10/2016 era de 226,9 milhões m³/dia (milhões de metros cúbicos dia).

O gráfico 1 mostra a evolução do volume de gás movimentado, da extensão da malha de gasodutos e do número das principais instalações, considerando a reestruturação a partir de outubro de 2016.

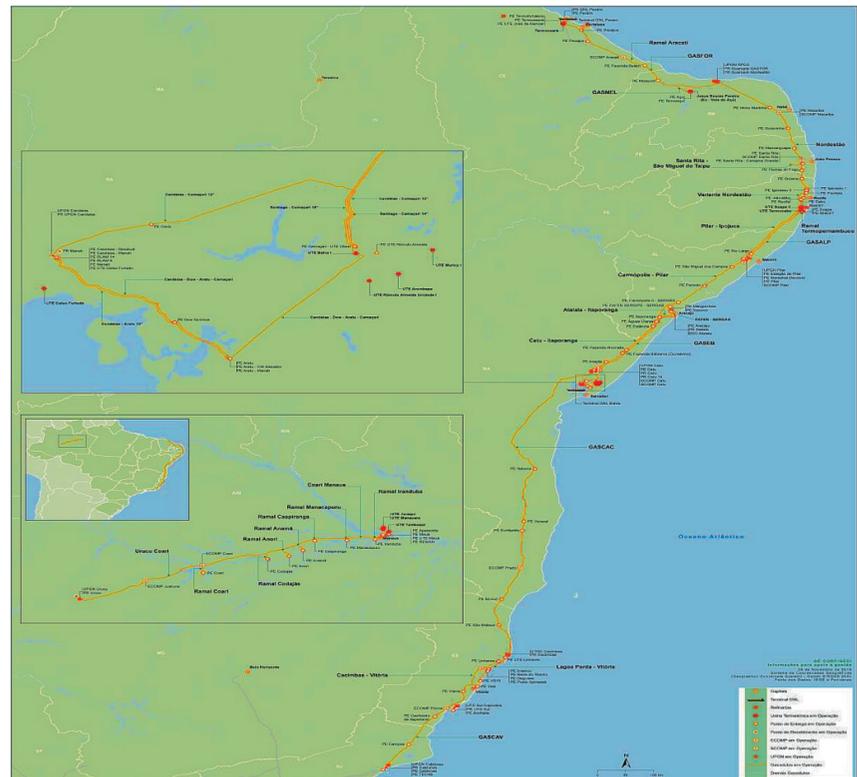


Gráfico 1 - Extensão da Malha, Pontos de Entrega, Estações de Compressão e Volume Médio Movimentado

5.1. MALHA DE GASODUTOS DA TAG

A malha de gasodutos da TAG é composta por um sistema interligado desde Pecém, no estado do Ceará, passando pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro até o Terminal de Cabúinas (TECAB). Há também o sistema Urucu-Coari-Manaus que transporta gás natural dos campos produtores de Urucu para a capital Manaus e outras 7 (sete) cidades do estado do Amazonas.

A malha da TAG cruza os 10 (dez) estados brasileiros citados e é responsável por transportar gás natural para 91 (noventa e um) pontos de entrega, onde é realizada a entrega física para companhias distribuidoras estaduais, usinas termelétricas, fábricas de fertilizantes, refinarias e unidades operacionais da Petrobras. O mapa 1 abaixo, mostra a abrangência dos gasodutos TAG.



Mapa 1 - Malha de gasodutos TAG

No ano de 2016, em relação aos volumes entregues ao mercado, a média diária foi de 50,2 milhões m³/dia e o recorde diário ocorreu em 15 de janeiro, com o volume entregue de 72,1 milhões m³.

5.1.1. REGIÃO NORTE

Na região Norte, a TAG possui uma malha de 802 km, interligando as jazidas da Bacia do Solimões à cidade de Manaus e a outras sete cidades da região: Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, todas no estado do Amazonas.

O gás natural contribuiu para uma significativa mudança na matriz energética do estado ao substituir o óleo diesel e o óleo combustível na geração de energia elétrica em Manaus e em municípios localizados ao longo do traçado do gasoduto. Além da demanda térmica, atende também ao mercado não térmico da companhia distribuidora local e à refinaria da Petrobras em Manaus (REMAN). A infraestrutura instalada na região conta com 12 (doze) pontos de entrega de gás, 2 (duas) estações de compressão próprias (Juaruna e Coari), além de 1 (um) ponto de recebimento, conforme mapa abaixo.



Mapa 2 - Gasoduto Urucu-Coari-Manaus

O detalhamento dos gasodutos e ramais que compõem a Malha Norte é apresentado a seguir:

GASODUTOS E RAMAIS	Sigla	Extensão (Km)	UF	Diâmetro (pol)
COARI - MANAUS	GASCOM	383,0	AM	20
URUCU - COARI	GARSOL	279,0	AM	18
RAMAL ANAMÁ	-	23,7	AM	3
RAMAL ANORI	-	27,5	AM	3
RAMAL APARECIDA	-	18,0	AM	14
RAMAL CAAPIRANGA	-	7,1	AM	3
RAMAL COARI	-	25,7	AM	4
RAMAL CODAJÁS	-	19,0	AM	3
RAMAL IRANDUBA	-	7,6	AM	3
RAMAL MANACAPURU	-	7,6	AM	3
RAMAL MAUÁ	-	3,9	AM	14

Entregas de gás

O estado do Amazonas demandou 6,2% das entregas totais da TAG, com um volume médio entregue de 3,1 milhões m³/dia. O volume médio mensal entregue na região Norte pode ser visto no gráfico 2 abaixo:

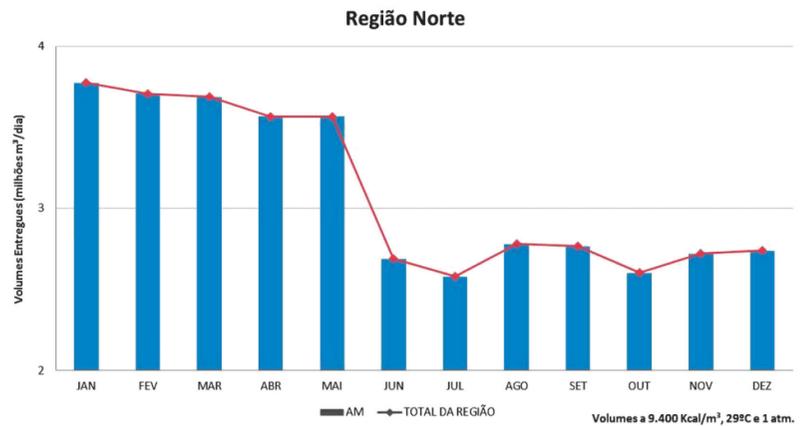


Gráfico 2 - Volume Médio Mensal Entregue na Região Norte

5.1.2. REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste dispõe de uma malha de gasodutos com 3.012 km de extensão, interligando a maior parte dos estados da região, abrangendo os estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Nesta região há 68 (sessenta e oito) pontos de entrega, 8 (oito) estações de compressão e 12 (doze) pontos de recebimento.

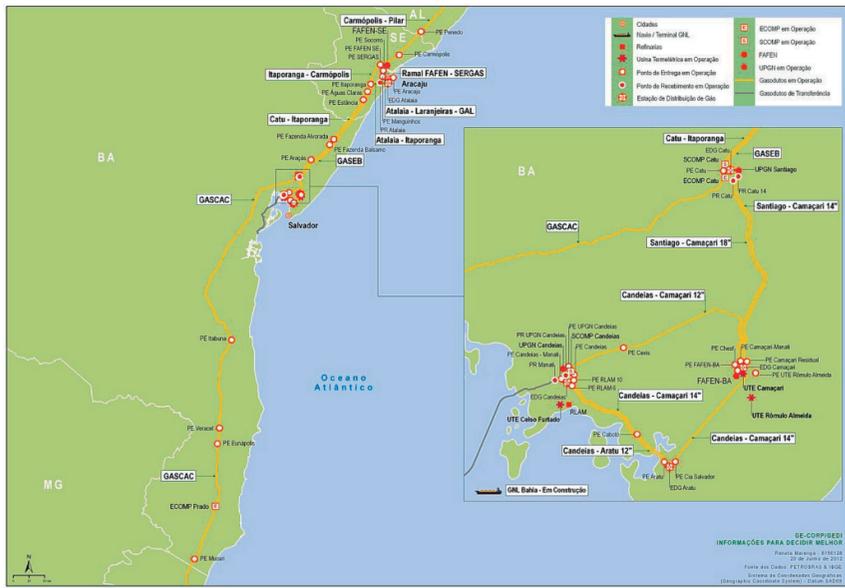
A infraestrutura existente permite o fluxo bidirecional, garantindo flexibilidade do sistema ao possibilitar receber e direcionar o fluxo conforme as necessidades. O suprimento (recebimento) do gás pode ocorrer com GNL (Gás Natural Liquefeito) nos municípios de Pecém-CE e São Francisco do Conde-BA, e também das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Guamaré-RN, Alagoas-AL, Atalaia-SE, Santiago-BA e Candeias-BA.

A região Nordeste abrange também aproximadamente 790 km de gasodutos do Sistema GASENE - sistema de interligação da Malha Sudeste com a Malha Nordeste -, que também atendem à região Sudeste. Os mapas 3 e 4, a seguir, apresentam a infraestrutura supracitada:



Mapa 3 - Gasodutos em: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas

Transportadora Associada de Gás S.A.
CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras



Mapa 4 - Gasodutos em Sergipe e Bahia

O detalhamento dos gasodutos e ramais que compõem a região Nordeste pode ser visto na tabela abaixo:

GASODUTOS E RAMAIS	Sigla	Extensão (Km)	UF	Diâmetro (pol)
RAMAL ARACATI	-	6,5	CE	4
RAMAL TERMOFORTALEZA	-	1,5	CE	10
GUAMARÉ - PECÉM	GASFOR	383,0	CE/RN	10/12
RAMAL AÇU-SERRA DO MEL	GASMEL	31,4	RN	14
GUAMARÉ - CABO	NORDESTÃO	424,0	RN/PB/PE	12
RAMAL SANTA RITA	-	25,0	PB	8
LOOP NORDESTÃO (VARIANTE)	-	31,8	PE	12
RAMAL TERMOVERNAMBUCO	-	12,0	PE	16
CARMÓPOLIS - PILAR	-	176,8	AL/SE	26
PILAR - IPOJUCA	-	187,0	AL/PE	24
PILAR - CABO	GASALP	204,0	AL/PE	12
ATALAIA - ITAPORANGA	GAI	29,0	SE	14
RAMAL FAFEN II	-	22,7	SE	8
ATALAIA - LARANJEIRAS	GAL	28,0	SE	14
ITAPORANGA - CARMÓPOLIS	-	67,8	SE	26
CATU - ITAPORANGA	-	197,2	SE/BA	26
SERGIPE - BAHIA	GASEB	229,0	SE/BA	14
CACIMBAS - CATU	GASCAC	790,0(1)	BA	28
SANTIAGO - CAMAÇARI 14"	-	32,0	BA	14
SANTIAGO - CAMAÇARI 18"	-	32,0	BA	18
CANDEIAS - ARATU 12"	-	22,0	BA	12
CANDEIAS - CAMAÇARI 12"	-	37,0	BA	12
CANDEIAS - CAMAÇARI 14"	-	42,4	BA	14

Nota: (1) Extensão do Gasoduto na região Nordeste. Extensão total do gasoduto igual a 946 km.

Na região Nordeste, a TAG possui a seguinte infraestrutura por estado:

Estado	Ponto de Recebimento	Instalação de Compressão	Ponto de Entrega	Extensão de Gasodutos
Alagoas	1	1	4	325,7 km
Pernambuco	0	0	10	330,5 km
Paraíba	0	1	4	129,0 km
Rio Grande do Norte	2	1	5	395,4 km
Ceará	1	1	10	243,0 km
Bahia	5	4	23	1.219,8 km
Sergipe	3	0	12	368,5 km

Entrega de Gás

Os estados incluídos na área de abrangência da região Nordeste demandaram 35% do volume médio total entregue pela TAG. Destaque para o estado da Bahia que demandou 42% do total desta região. No gráfico 3 (abaixo), são apresentados os volumes médios mensais entregues nos estados abrangidos pela Região Nordeste.

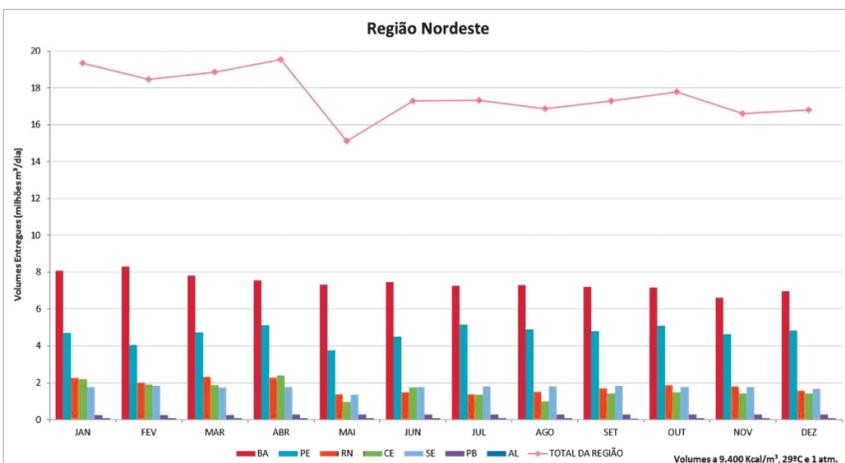


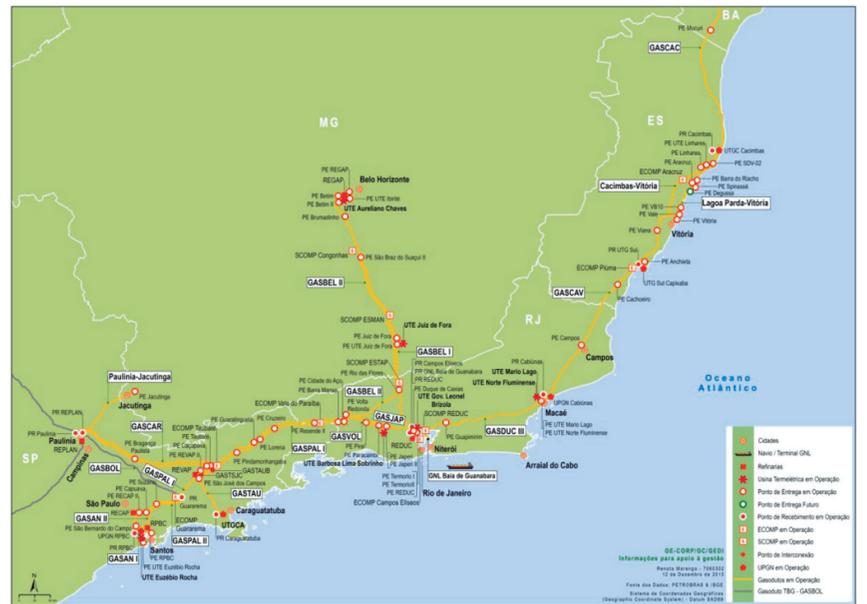
Gráfico 3 - Volumes Médios Mensais Entregues nos Estados da região Nordeste

Durante o ano de 2015, foi entregue na região Nordeste um volume médio de 18,5 milhões de m³/dia.

5.1.3. REGIÃO SUDESTE

A TAG foi responsável pela operação de movimentação de gás de toda a região Sudeste até o dia 23/10/2016. Em 24/10/2016, foi implementada a reestruturação societária que configurou a separação da malha de gasodutos da TAG e da NTS. Nesta nova configuração, a TAG se manteve proprietária apenas dos ativos de transporte que compreendem as regiões Norte, Nordeste e o Sistema GASENE (delimitado pela EMED GASCAV e pela EMED CATU) com parte de suas instalações na região Sudeste. O Sistema Gasene é composto pelos gasodutos localizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, compreendendo um total de 676 km de dutos.

Nesta região há 11 (onze) pontos de entrega, 2 (duas) estações de compressão e 3 (três) pontos de recebimento. A infraestrutura existente permite o fluxo bidirecional, garantindo flexibilidade do sistema ao possibilitar receber e direcionar o fluxo conforme as necessidades. O suprimento (recebimento) do gás pode ocorrer nas Unidades de Tratamento de Gás Natural (UTG) do Sul Capixaba e de Cacimbas no Espírito Santo e também no TECAB-RJ.



Mapa 5 - Gasodutos na região Sudeste

Abaixo, segue o detalhe dos gasodutos que compõem os ativos de transporte da TAG na Sistema Gasene:

GASODUTOS E RAMAIS	Sigla	Extensão (Km)	UF	Diâmetro (pol)
CACIMBAS - CATU	GASCAC	156,0(2)	ES	28
CACIMBAS - VITÓRIA	-	116,8	ES	26
LAGOA PARDA - VB10	-	78,9	ES	8
RAMAL VITÓRIA	-	12,7	ES	16
RAMAL UTG-SUL	-	9,7	ES	10
LAGOA PARDA - GASENE	-	2,0	ES	8
CABIÚNAS - VITÓRIA	GASCAV	300,0	ES/RJ	28

Nota: (2) Extensão do Gasoduto na região Sudeste. Extensão total do gasoduto igual a 946 km.

No Sistema Gasene, a TAG possui a seguinte infraestrutura por estado:

Estado	Ponto de Recebimento	Instalação de Compressão	Ponto de Entrega	Extensão de Gasodutos
Espírito Santo	2	2	9	513,6 km
Rio de Janeiro	1	0	2	162,5 km

Entregas de gás

Durante o ano de 2016 o estado do Rio de Janeiro demandou aproximadamente 30% de todo o gás entregue pela TAG. Este cenário deve se alterar no ano de 2017 em função da divisão de ativos entre as empresas TAG e NTS.

No gráfico abaixo, são apresentados os volumes médios mensais entregues nos estados da Região Sudeste, refletindo a partir de 24/10/2016 a reestruturação societária entre as transportadoras TAG e NTS.

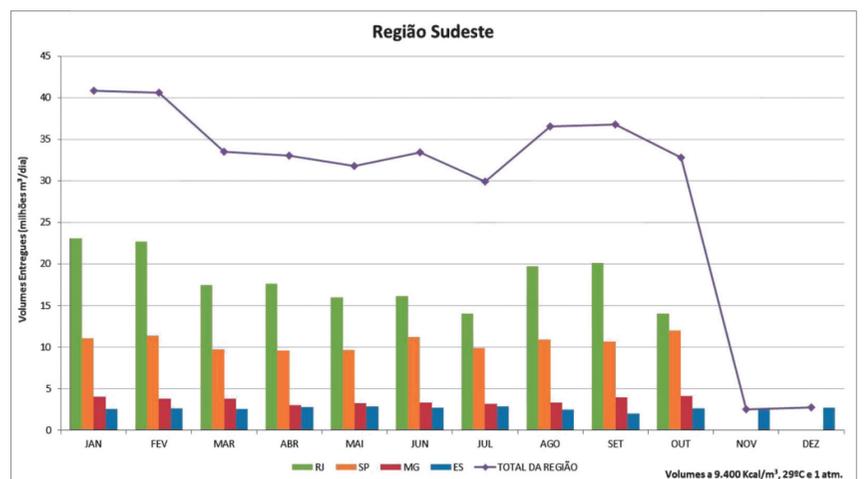


Gráfico 4 - Volumes Médios Mensais Entregues nos Estados da Região Sudeste

O volume médio entregue na região Sudeste foi de 29,5 milhões de m³/dia.

5.2. INVESTIMENTOS

Os investimentos no exercício social de 2016 totalizaram R\$ 28,8 milhões, contemplando os esforços na adequação e manutenção da malha de gasodutos e na implantação, adequação e modernização de novos pontos de entrega.

INVESTIMENTOS (MILHÕES DE R\$)				
Região	2013	2014	2015	2016
Norte	28	31	2	0,1
Nordeste	136	78	39	23,2
Sudeste	255	199	38	5,5
TOTAL	419	308	79	28,8

Em destaque as seguintes realizações:

Continuidade das ações para contratação dos serviços de estabilização do túnel do GASDUC III.

Continuidade de serviços de manutenção de área de armazenamento de materiais e manutenção de faixa enquanto se aguarda a conclusão da contratação dos serviços remanescentes e retomada da construção & montagem do gasoduto GASFOR II, trecho de cerca de 80 km, entre Horizonte e Caucaia, no estado do Ceará.

Continuidade dos serviços de intervenções para substituição de trechos de gasodutos em travessias de rios onde passam os gasodutos GASALP, NORDESTÃO, GASFOR e Santiago-Camaçari, para garantir a integridade da malha de transporte de Gás Natural da Região Nordeste. Realizadas três travessias de Rios do GASALP: travessia do rio Mariano, no estado de Pernambuco, travessia do rio Camaragibe e travessia do rio Mundaú, ambos no Estado de Alagoas. A conclusão das intervenções em outras sete travessias está prevista para 2019.

Conclusão do projeto de implementação da adequação do sistema de medição de transferência de custódia do GASCAC, na EDG de Catu, visando o atendimento aos requerimentos do Regulamento Técnico de Medição (RTM) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Iniciada a construção e montagem da Adequação do PE Km 370 referente ao sistema de medição e sistema de filtragem, em atendimento aos requerimentos dos Regulatórios da ANP.

Conclusão do processo licitatório para adequação dos Pontos de Entrega REDUC e Termorio II e em fase final do processo licitatório da adequação do sistema de medição do PE Ibirité e da substituição das válvulas reguladoras da ECV Tapinhoá.

Realização de projetos básicos e executivos para o desenvolvimento de melhorias e adequações de diversas instalações de Gás Natural, visando atendimento da conformidade legal, integridade e segurança, garantia operacional, otimização e modernização, dentre os quais se destaca os seguintes: substituição de Computadores de Vazão, adequação dos sistemas de medição dos pontos de entrega, substituição de válvulas, atendimento a Normas Regulamentadoras Brasileira, padrões técnicos ou melhores práticas de engenharia e operacionais da TAG; substituição do Ponto de Entrega Cubatão, com a implantação do Ponto de Entrega Cubatão II e adequação do Ponto de Entrega e Recebimento da RPBC;

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

Foram realizados aproximadamente R\$ 0,1 milhões de investimentos visando à melhoria dos sistemas de segurança patrimonial da Base Operacional de Manaus.

6. CONTRATOS DE TRANSPORTE

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Por se tratar de uma atividade de capital intensivo e com característica de infraestrutura, o retorno dos investimentos realizados pela transportadora na construção dos gasodutos é garantido contratualmente, independentemente das eventuais flutuações da demanda de transporte de gás. Assim, os Contratos de Transporte contam com cláusula de Encargo de Capacidade Não Utilizada (*Ship-or-Pay*), ou seja, condição contratual que garante ao transportador uma receita calculada com base na capacidade de transporte contratada, independente do volume efetivamente movimentado.

Até 23 de outubro de 2016, a TAG era signatária dos seguintes contratos de transporte em vigor: Malha Sudeste e Malha Nordeste, como empresa integrante do Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, Sistema Gasene, Novo Sistema de Transporte (Malha Sudeste II), Paulínia-Jacutinga, Sistema Urucu-Coari-Manaus, GASDUC III, GASTAU, Pilar-Ipojuca e Atalaia-Laranjeiras; todos assinados com a Petrobras, na qualidade de carregador.

Em 24 de outubro de 2016, foi realizada a reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas, que teve como consequência o aporte dos ativos de propriedade da TAG localizados na região Sudeste, exceto Espírito Santo, e a cessão dos contratos de transporte GASDUC III, GASTAU, Malha Sudeste, Novo Sistema de Transporte (Malhas II) e Paulínia-Jacutinga para a NTS.

6.1. CONTRATOS MALHA SUDESTE E MALHA NORDESTE

A TAG é integrante e líder do Consórcio Malhas, constituído em 01/07/2003, com o objetivo de promover a expansão da infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

O Consórcio era formado por: TAG, NTN e NTS - estas duas responsáveis pelos investimentos em novos gasodutos na Malha Nordeste e Sudeste, respectivamente, e controladas diretas da TAG, desde 15/12/2014 - e pela TRANSPETRO, responsável pela operação e manutenção dos gasodutos.

Após a reestruturação societária TAG e do Consórcio Malhas, a NTS deixou de fazer parte do Consórcio Malhas, restando apenas a TAG, NTN e Transpetro.

O Contrato Malha Sudeste, cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016, possui vigência de 20 (vinte) anos, tendo iniciado o faturamento em 01/01/2006, com término previsto para 31/12/2025, e engloba os seguintes gasodutos e ramais:

- Gasoduto GASVOL (REDUC-Volta Redonda)
- Gasoduto GASPAL (Volta Redonda-RECAP)
- Gasoduto GASAN (RECAP-RPBC)
- Gasoduto GABEL (REDUC-REGAP)
- Gasoduto GASCAR (Campinas-Japeri)
- RAMAL ESVOL-TEVOL
- RAMAL DE CAMPOS ELÍSEOS - 20" (Campos Elíseos-Anel de Gás Residual)
- RAMAL DE CAMPOS ELÍSEOS - 16" (Trecho remanescente do GASDUC I)

A capacidade contratada é de 43,8 milhões m³/dia, tendo atingido a movimentação média de 21,0 milhões m³/dia, de janeiro a outubro de 2016.

O Contrato Malha Nordeste possui vigência de 20 (vinte) anos, também tendo iniciado o faturamento em 01/01/2006, com término previsto para 31/12/2025, e engloba os seguintes gasodutos e ramais:

- Gasoduto ATALAIA-ITAPORANGA (GAI)
- Gasoduto CANDEIAS-ARATU 12"
- Gasoduto CANDEIAS-CAMAÇARI 12"
- Gasoduto CANDEIAS-CAMAÇARI 14"
- Gasoduto CATU-PILAR - TRECHO CARMÓPOLIS-PILAR
- Gasoduto CATU-PILAR - TRECHO CATU-CARMÓPOLIS
- Gasoduto GASALP (PILAR-CABO)
- Gasoduto GASEB (SERGIPE-BAHIA)
- Gasoduto GASFOR (GUAMARÉ-PECÉM)
- Gasoduto NORDESTÃO (GUAMARÉ-CABO)
- Gasoduto SANTIAGO-CAMAÇARI 14"
- Gasoduto SANTIAGO-CAMAÇARI 18"
- LOOP NORDESTÃO (VARIANTE)
- RAMAL AÇU-SERRA DO MEL (GASMEL)
- RAMAL ARACATI
- RAMAL FAFEN II (Ramal FAFEN-SERGÁS)
- RAMAL SANTA RITA
- RAMAL TERMOFORTALEZA
- RAMAL TERMOPERNAMBUCO

A capacidade contratada é de 21,6 milhões m³/dia, tendo atingido a movimentação média de 22,5 milhões m³/dia em 2016, extrapolando a capacidade contratada em base firme.

6.2. CONTRATO SISTEMA GASENE

O Sistema GASENE interliga as malhas de gasodutos das regiões Sudeste e Nordeste do país. Esse sistema é formado por três trechos de gasodutos, conforme a seguir:

- Trecho Sul 1: Cabiúnas-RJ a Vitória-ES (GASCAV);
- Trecho Sul 2: Cacimbas-ES a Vitória-ES;
- Trecho Norte: Cacimbas-ES a Catu-BA (GASCAC).

O Contrato de Serviço de Transporte possui vigência de 25 (vinte e cinco) anos, tendo seu início ocorrido em 10/11/2008, quando da entrada em operação comercial dos Trechos Sul 1 e 2. O trecho Norte (GASCAC) foi concluído em 2010, entrando em operação comercial a partir de 01/05/2010.

Em 2016, a capacidade contratada foi de 20,0 milhões m³/dia para o Trecho Sul e 10,3 milhões m³/dia para o Trecho Norte. A movimentação média de gás no Sistema GASENE, em 2016, atingiu o montante total de 12,1 milhões m³/dia, considerando todos os trechos.

6.3. CONTRATO MALHA SUDESTE II

O Contrato de Transporte para o Novo Sistema de Transporte abrange os gasodutos Japeri-Reduc (RJ), GABEL II (RJ/MG), GASPAL II (SP) e GASAN II (SP).

O contrato teve seu início em 01/12/2009, com a entrada em operação do gasoduto Japeri-Reduc, e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos a contar da entrada em operação de sua última instalação (GASPAL II), que ocorreu em 14 de outubro de 2011.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

Em 2016, a capacidade contratada foi de 49,4 milhões m³/dia.

A movimentação média, de janeiro a outubro de 2016, foi de 2,6 milhões m³/dia, haja vista que o cômputo da movimentação deste contrato só considerou os volumes de gás natural efetivamente entregues nos Pontos de Entrega Duque de Caxias, UTE Baixada Fluminense e São Bernardo do Campo II.

6.4. CONTRATO PAULÍNIA-JACUTINGA

O Contrato de Transporte para o gasoduto Paulínia-Jacutinga teve seu início em 15/01/2010 e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos, com término previsto para 14/01/2030.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

A capacidade contratada é de 5,0 milhões m³/dia. A movimentação média de gás, de janeiro a outubro de 2016, foi de 281 mil m³/dia.

6.5. CONTRATO SISTEMA URUCU-COARI-MANAUS

A celebração do Contrato de Transporte entre TAG e Petrobras para o Sistema Urucu-Coari-Manaus ocorreu em 01/12/2010, tendo sua operação comercial iniciada nesta mesma data.

O contrato tem vigência de 20 (vinte) anos, com término previsto para 30/11/2030. A capacidade contratada em 2015 foi de 6,3 milhões m³/dia. A movimentação de gás, em 2016, foi de 3,0 milhões m³/dia.

6.6. CONTRATO GASDUC III

O Contrato de Transporte para o gasoduto GASDUC III teve seu início de operação comercial declarado em 12/11/2010 e vigorará por um prazo de 20 (vinte) anos, com término previsto para 11/11/2030.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

A capacidade contratada é de 40,0 milhões m³/dia, sendo que, de janeiro a outubro de 2016, o volume médio movimentado foi de 9,9 milhões m³/dia.

6.7. CONTRATO PILAR-IPOJUCA

O Contrato de Transporte para o Gasoduto Pilar-Ipojuca foi celebrado e entrou em operação comercial em 1º de dezembro de 2011, com vigência de 20 (vinte) anos e término previsto para 30/11/2031. O gasoduto estende-se de Pilar (AL) a Ipojuca (PE), com capacidade de entrega de gás natural de 9,0 milhões m³/dia, passando para 15,0 milhões m³/dia a partir de janeiro de 2016.

A movimentação média, em 2016, foi de 5,4 milhões m³/dia.

6.8. CONTRATO GASTAU

O Contrato de Transporte para o Gasoduto Caraguatuba-Taubaté - GASTAU foi celebrado e entrou em operação comercial em 1º de dezembro de 2011, com vigência de 20 (vinte) anos e término previsto para 30/11/2031.

Este Contrato foi cedido para a NTS em 24 de outubro de 2016.

Com capacidade contratada de 20,0 milhões m³/dia, o gasoduto permite o escoamento do gás da Bacia de Santos para a Malha Sudeste, tendo apresentado uma movimentação média de 10,4 milhões m³/dia de janeiro a outubro de 2016.

6.9. CONTRATO ATALAIA-LARANJEIRAS

O gasoduto Atalaia-Laranjeiras é de propriedade da Petrobras e, originalmente, era classificado como gasoduto de transferência. Em 2011, o ativo foi reclassificado pela ANP para gasoduto de transporte, cuja prestação de serviço só pode ser exercida por empresa transportadora de gás natural.

Em 17/04/2012, TAG e Petrobras celebraram contrato de aluguel, por meio do qual a TAG passou a deter a posse do duto e, naquela mesma data, foi celebrado o Contrato de Serviço de Transporte, cuja vigência é de 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses.

A capacidade contratada é de 1,5 milhão m³/dia, sendo que, em 2016, o volume médio movimentado foi de 531 mil m³/dia.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E EBITDA

Em 2016, a TAG Consolidada apresentou Lucro Líquido totalizou R\$ 7.142 Milhões ante o Prejuízo Líquido de R\$ 2.023 Milhões do ano anterior. A variação decorre principalmente pelo resultado positivo de variação cambial incidente sobre o estoque da dívida financeira.

O EBITDA alcançou R\$ 6.683 Milhões no Consolidado.

7.2. RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Bruta (Consolidado) do exercício social de 2016 foi de R\$ 7.480 Milhões em comparação ao montante de R\$ 7.214 Milhões apresentado em 2015.

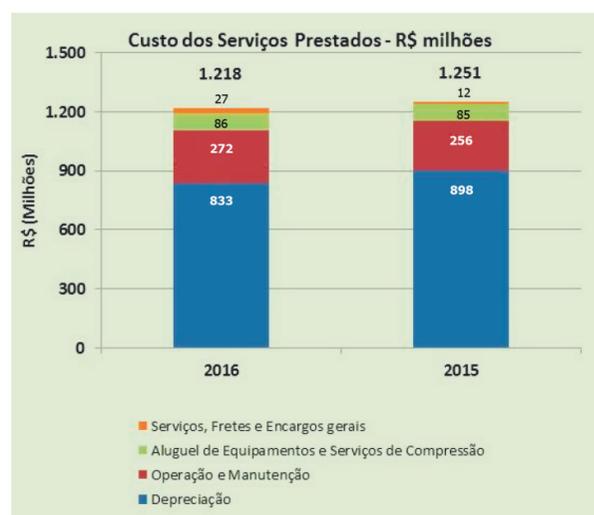
7.3. ENCARGOS SOBRE VENDAS

Em 2016, os Encargos sobre Vendas (Consolidado), somaram R\$ 1.120 Milhões, distribuídos em R\$ 759 Milhões no âmbito federal (PIS/COFINS) e R\$ 361 Milhões nas esferas estadual e municipal (ICMS/ISS).



7.4. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 1.218 Milhões (Consolidado) ante R\$ 1.251 Milhões realizados no exercício social de 2015, correspondendo a 18% da Receita Operacional Líquida.



7.5. DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

As Despesas Gerais e Administrativas (Consolidado) alcançaram o valor de R\$ 60 Milhões no ano de 2016 vis-à-vis o montante de R\$ 58 milhões no ano anterior.

As Despesas Tributárias (Consolidado) totalizaram o montante de R\$ 228 Milhões, referente aos encargos sobre receita financeira. Cabe destacar a reversão do IR sobre remessa na TAG, transferido para a NTS em função da reestruturação societária da TAG e do Consórcio Malhas.

7.6. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro (Consolidado) positivo totalizou R\$ 4.376 Milhões, afetado principalmente pela variação cambial incidente sobre o estoque da dívida financeira atrelado à moeda norte americana, que teve uma desvalorização frente ao real de 17% no ano de 2016.

Destaca-se que a TAG não realiza *hedge* financeiro, uma vez que o gerenciamento de risco cambial é realizado corporativamente pela sua controladora, de forma integrada ao Sistema Petrobras.

Em 2016, as Despesas Financeiras (Consolidado) totalizaram R\$ 1.392 Milhões ante R\$ 1.634 Milhões.

As Receitas Financeiras (Consolidado) totalizaram R\$ 1.928 Milhões ante R\$ 2.611 Milhões no ano anterior.

A variação cambial (Consolidado) alcançou receita de R\$ 3.840 Milhões versus despesa de R\$ 8.511 Milhões no ano de 2015, devido à valorização do real frente ao dólar (17%) ocorrida no ano de 2016.



7.7. IRPJ E CSLL

O montante de IRPJ/CSLL apurado no exercício de 2016 totalizou o valor de R\$ 3.083 Milhões (Consolidado).



7.8. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

A TAG Consolidada encerrou o exercício social de 2016 com Saldo de Caixa adicionado do valor relativo às quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) de R\$ 794 Milhões.

Em 31/12/2016, o Ativo Imobilizado (Consolidado) registrou o montante de R\$ 15.695 Milhões.

No encerramento do exercício social de 2016, a TAG Consolidada apresentou endividamento de R\$ 4.682 Milhões ante R\$ 28.281 Milhões em 2015, sendo 81% daquele valor registrado no longo prazo.

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo	Nota	Consolidado			Controladora				
		2016	2015 reapre- sentado	01.01.2015 reapre- sentado	2016	2015 reapre- sentado	01.01.2015 reapre- sentado			2016	2015 reapre- sentado	01.01.2015 reapre- sentado	2016	2015 reapre- sentado	01.01.2015 reapre- sentado		
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa		-	2	2	-	1	2	Fornecedores	10	193	287	365	96	148	227		
Contas a receber, líquidas	7	2.742	6.768	5.584	1.904	3.483	3.672	Financiamentos	11	874	12.164	5.585	874	8.385	3.100		
Imposto de renda e contribuição	14.1	131	1.534	958	127	1.095	957	Arrendamento mercantil financeiro	12	21	16	10	21	16	10		
Impostos e contribuições	14.1	373	458	157	358	390	125	Imposto de renda e contribuição	14.1	62	-	-	57	-	-		
		3.246	8.762	6.701	2.389	4.969	4.756	Imposto e contribuições	14.1	113	490	345	111	266	233		
Não circulante								Dividendos propostos	15.4	994	-	299	994	-	299		
Realizável a longo prazo								Juros sobre capital próprio a pagar	15.4	212	-	-	212	-	-		
Depósitos judiciais	21.2	112	83	57	112	78	53	Outras contas e despesas a pagar		32	63	32	31	61	46		
Imposto de renda e contribuição		12	-	-	12	-	-			2.501	13.020	6.636	2.396	8.876	3.915		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	650	1.302	13	546	1.302	5	Não circulante									
Impostos e contribuições	14.1	17	717	995	17	717	995	Financiamentos	11	3.808	16.117	17.584	3.808	16.117	17.584		
Adiantamentos a fornecedores		4	76	77	4	3	5	Arrendamento mercantil financeiro	12	914	873	822	914	873	822		
Outros ativos realizáveis a longo prazo		97	65	79	78	65	79	Provisão para processos judiciais	21.1	7	1	27	5	1	2		
		892	2.243	1.221	769	2.165	1.137	Provisão para perda em investimento	8	-	-	-	-	318	707		
Investimentos		-	-	-	2.325	-	-	Adiantamento para aumento de	13	3.695	-	-	3.695	-	-		
Imobilizado	9	15.695	22.554	23.438	14.236	22.531	23.405	Outras contas e despesas a pagar		51	52	31	51	52	31		
Intangível		7	8	8	7	8	8			8.475	17.043	18.464	8.473	17.360	19.246		
Diferido		-	8	-	-	-	38	Patrimônio líquido		10.976	30.063	25.100	10.869	26.236	23.161		
		16.594	24.805	24.657	17.337	24.704	24.588	Capital social realizado	15.1	3.290	5.351	5.350	3.290	5.351	5.350		
		19.840	33.567	31.358	19.726	29.673	29.344	Transações de capital	15.2	1.042	(513)	(661)	1.042	(513)	(513)		
								Reservas de lucros'	15.3	4.532	-	1.569	4.525	-	1.346		
								Prejuízo acumulado		-	(1.334)	-	-	(1.400)	-		
										8.864	3.504	6.258	8.857	3.437	6.183		
										19.840	33.567	31.358	19.726	29.673	29.344		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Receita de serviços	16	6.360	6.197	6.286	6.197
Custo dos serviços prestados	18	(1.218)	(1.251)	(1.206)	(1.251)
Lucro bruto		5.142	4.946	5.080	4.946
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	18	(60)	(58)	(59)	(73)
Tributárias	18	(228)	(673)	100	(242)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	995	7	1.013	(17)
		707	(724)	1.054	(332)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		5.849	4.222	6.134	4.614
Resultado financeiro líquido	19	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)
Receitas financeiras		1.928	2.611	494	456
Despesas financeiras		(1.392)	(1.634)	(1.293)	(1.544)
Variações cambiais e monetárias líquidas		3.840	(8.511)	3.118	(7.327)
Resultado de participações em investimentos		-	-	1.376	490
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		10.225	(3.312)	9.829	(3.311)
Imposto de renda e contribuição social	14.4	(3.083)	1.289	(2.659)	1.297
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em milhares R\$)		2,17	(0,38)	2,18	(0,38)

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado	
			Legal	Especial	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos				Lucros/ (prejuízos) acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2015 (reapresentados)	5.350	(513)	305	-	230	733	78	6.183	76	6.259
Aumento de capital com reservas	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(733)	-	(733)	-	(733)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.014)	(2.014)	(9)	(2.023)
Apropriação de incentivo fiscal	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo	-	-	(305)	-	(230)	-	535	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentados)	5.351	(513)	-	-	-	-	(1.401)	3.437	67	3.503
	5.351	(513)	-	-	-	-	(1.401)	3.437	67	3.504
Aumento de capital com imobilizado	538	-	-	-	-	-	-	538	-	538
Redução de capital	(2.599)	-	-	-	-	-	-	(2.599)	-	(2.599)
Contribuição adicional de capital reflexa NTN	-	1.555	-	-	-	-	-	1.555	-	1.555
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.170	7.170	(28)	7.142
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Destinações:										
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	288	2.426	425	1.156	(4.295)	-	-	-
Recomposição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	230	-	(230)	-	-	-
Juros s/ capital próprio antecipado	-	-	-	-	-	-	(250)	(250)	-	(250)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-	(994)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.290	1.042	288	2.426	655	1.156	-	8.857	7	8.864
	3.290	1.042	-	-	-	-	4.525	8.857	7	8.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.;

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 reapre- sentado	2016	2015 reapre- sentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Ajustes para:				
Resultado de participações em investimentos	-	-	(1.375)	(491)
Depreciação e amortização	834	899	822	922
Resultado com baixa de ativos	-	28	-	28
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(3.338)	8.587	(1.661)	8.835
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(829)	(657)	(486)	(435)
Provisão para perdas com processos judiciais	8	(26)	4	(1)
Baixa de créditos tributários não recuperáveis	-	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	652	(1.289)	756	(1.297)
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	1.458	1.919	(81)	(185)
Outros ativos	(44)	(11)	(48)	(9)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(52)	(86)	(48)	(86)
Impostos e contribuições	2.021	(544)	1.553	221
Outros passivos	2	54	(34)	56
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	7.854	6.949	6.572	5.642
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(44)	(79)	(44)	(79)
Resgate (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	2.452	(473)	2.146	834
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	2.408	(552)	2.102	755
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Créditos para futuro aumento de capital	3.695	-	3.695	-
Amortizações de principal	(12.535)	(3.591)	(10.947)	(3.591)
Amortizações de juros	(1.309)	(1.608)	(1.309)	(1.608)
Dividendos pagos a acionista	-	(1.093)	-	(1.093)
Amortização arrendamento mercantil financeiros	(115)	(105)	(115)	(105)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(10.264)	(6.397)	(8.676)	(6.397)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(2)	-	(2)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	2	2	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	2	-	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram rerepresentadas conforme nota explicativa 2.1.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 reapre- sentado	2016	2015 reapre- sentado
Receitas				
Serviços e outras receitas	8.412	7.252	8.340	7.227
Receitas relativas à construção de ativos para uso	44	80	44	79
Insumos adquiridos de terceiros	8.456	7.332	8.384	7.306
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(419)	(449)	(414)	(440)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(53)	(47)	(52)	(47)
	(472)	(496)	(466)	(487)
Valor adicionado bruto	7.984	6.836	7.918	6.819
Depreciação e amortização	(834)	(899)	(822)	(922)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	7.150	5.937	7.096	5.897
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	-	-	1.376	491
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	2.148	3.061	654	845
	2.148	3.061	2.030	1.336
Valor adicionado a distribuir	9.298	8.998	9.126	7.233
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e encargos	26	25	26	25
	26	25	26	25
Tributos				
Federais	3.881	(193)	3.232	(491)
Estaduais	448	552	353	441
Municipais	28	41	9	12
	4.357	400	3.594	(38)
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	(2.228)	10.595	(1.665)	9.259
Despesas de alugueis	1	1	1	1
	(2.227)	10.596	(1.664)	9.260
Acionistas				
Juros sobre capital próprio	250	-	250	-
Dividendos	994	-	994	-
Lucros (prejuízos) retidos	5.898	(2.023)	5.926	(2.014)
	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Valor adicionado distribuído	9.298	8.998	9.126	7.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram rerepresentadas conforme nota explicativa 2.1.

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 07 de fevereiro de 2002, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros.

A TAG incorporou em janeiro de 2008, a Transportadora Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) e a Transportadora Capixaba de Gás S.A. (TCG), em agosto de 2010 a Transportadora Urucu Manaus S.A. (TUM) e em janeiro de 2012 a Transportadora Gasene S.A. (Gasene).

Em 11 de junho de 2014, os acionistas da Gaspetro, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução do seu capital mediante a transferência da totalidade de sua participação na TAG para a Petrobras, passando a ser a sua controlada, a partir de 31 de março de 2014.

Em 15 de dezembro de 2014, por recomendação de sua controladora, a TAG exerceu a opção de compra da totalidade das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. (NTN) e da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS).

Em 29 de agosto de 2016, através da Assembleia Geral Extraordinária da TAG, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da empresa por meio de aporte de ativos da Petrobras na TAG, com base no laudo a valor contábil dos ativos.

A recuperação dos investimentos nos gasodutos está garantida pelos contratos de serviços de transporte, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, resumidos a seguir:

- Malha Nordeste para 21,6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- Sistema Gasene para 20,0 milhões de m³/dia no trecho sul e 10,3 milhões de m³/dia para trecho norte, com prazo de duração de 25 anos e vigência até novembro de 2035;
- Urucu-Coari-Manaus para 6,3 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030;
- Pilar-Ipojuca para 9,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031;
- Atalaia-Laranjeiras 1,5 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 68 meses e vigência até março de 2018;

A operação e a manutenção dos gasodutos da TAG são realizadas pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro.

1.1. Reestruturação Societária

Em 19 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da TAG e, em 21 de outubro de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas da NTS aprovaram o aumento de capital da NTS com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, e condicionando a sua efetivação à emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que permitiria a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados foram cedidos da TAG para a NTS.

O acervo líquido, no valor de R\$ 2.308 era composto por ativos localizados na região Sudeste do país, com exceção do Sistema Gasene, e dívida representada pelas notas promissórias emitidas pela TAG em favor da PGT.

Em 21 de outubro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na NTS que aprovou o aporte de capital com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, e condicionando a sua efetivação à emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que permitiria a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados foram cedidos da TAG para a NTS.

Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da TAG a redução do capital social da Companhia mediante a entrega da totalidade das ações da NTS detidas pela TAG para a Petrobras.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP, emitiu as autorizações de operação provisórias, tornando eficaz os atos societários constantes nos parágrafos anteriores, passando a Petrobras controlar diretamente a NTS.

Em 24 de outubro de 2016, foram celebrados o sétimo aditivo ao Contrato de Formação do Consórcio - CFA que excluiu a NTS do Consórcio Malhas e o sexto aditivo ao Contrato de Operação do Consórcio com a cessão do contrato de transporte de gás natural, relativo à Malha Sudeste, do Consórcio Malhas para a NTS e a alteração do critério de rateio das receitas entre as demais consorciadas.

Em razão da mudança de contratos que regiam o Consórcio Malhas Sudeste e Nordeste, em 24 de outubro de 2016, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi realizada a reavaliação, conforme disposto na ICPC 03, da classificação dos acordos entre NTN e Petrobras quanto à existência de um arrendamento mercantil, tendo em vista que houve alterações nos termos dos contratos de formação e operação do consórcio.

As operações realizadas deixaram de ter característica de arrendamento mercantil financeiro, passando a ser considerados como prestação de serviço.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência do aporte com acervo líquido, os seguintes contratos foram cedidos pela TAG para a NTS:

- Malha Sudeste para 43,8 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- Malha Sudeste II para 49,4 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031;
- Paulínia-Jacutinga para 5,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- Gasduc III para 40,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- Gastau para 20,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

a) As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

b) As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

c) Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção da receita diferida, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

O Contrato de Serviço de Transporte (GTA) do Sistema GASENE, conforme aditamento nº 3, cláusula 8ª, prevê que, anualmente, o Transportador calculará o somatório das diferenças, positivas ou negativas, a partir dos valores efetivamente cobrados com base em um câmbio estimado e o câmbio vigente na data do pagamento mensal das faturas.

Os valores apurados, se negativos, correspondem aos valores que o Carregador deve ao Transportador e, se positivos, correspondem aos valores que o Transportador deve ao Carregador.

No início de janeiro de 2017, a Petrobras solicitou que a TAG calculasse o valor devido por esta à Petrobras, relativo à variação cambial para o ano de 2016.

Quando da solicitação da Petrobras acerca da variação cambial de 2016, a TAG realizou levantamento e apurou a existência de ajustes referentes aos anos de 2012 a 2015, todos em favor da Transportadora, procedendo ao provisionamento da cobrança das variações.

Portanto, para fins de comparabilidade, conforme determina o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2015, estão sendo rerepresentados, com os ajustes assim resumidos:

Balanço Patrimonial

	01.01.2015		01.01.2015		31.12.2015		31.12.2015	
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado		
Ativo Circulante	4.627	129	4.756	4.546	423	4.969		
Ativo realizável a longo prazo	1.177	(40)	1.137	2.296	(131)	2.165		
Investimento	-	-	-	-	-	-		
Imobilizado	23.405	-	23.405	22.531	-	22.531		
Intangível	8	-	8	8	-	8		
Diferido	38	-	38	-	-	-		
	29.255	89	29.344	29.381	292	29.673		
Passivo Circulante	3.903	12	3.915	8.838	38	8.876		
Passivo não circulante	19.246	-	19.246	17.360	-	17.360		
Patrimônio Líquido	6.106	77	6.183	3.183	254	3.437		
	29.255	89	29.344	29.381	292	29.673		

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	01.01.2015		01.01.2015		31.12.2015		31.12.2015	
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado		
Ativo Circulante	6.572	129	6.701	8.339	423	8.762		
Ativo realizável a longo prazo	1.261	(40)	1.221	2.374	(131)	2.243		
Investimento	-	-	-	-	-	-		
Imobilizado	23.428	-	23.428	22.554	-	22.554		
Intangível	8	-	8	8	-	8		
	31.269	89	31.358	33.275	292	33.567		
Passivo Circulante	6.622	11	6.633	12.982	38	13.020		
Passivo não circulante	18.465	-	18.465	17.043	-	17.043		
Patrimônio Líquido	6.182	78	6.260	3.250	254	3.504		
	31.269	89	31.358	33.275	292	33.567		

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração de resultado

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2015		31.12.2015		31.12.2015		31.12.2015		31.12.2015		31.12.2015	
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado
Receita Operacional líquida	5.946	251	6.197	5.946	251	6.197						
Custo dos serviços prestados	(1.251)	–	(1.251)	(1.251)	–	(1.251)						
Lucro Bruto	4.695	251	4.946	4.695	251	4.946						
Receitas (despesas) operacionais	(331)	(1)	(332)	(723)	(1)	(724)						
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	4.364	250	4.614	3.972	250	4.222						
Resultado financeiro	(8.432)	17	(8.415)	(7.551)	17	(7.534)						
Resultado de participações em investimentos	490	–	490	–	–	–						
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(3.578)	267	(3.311)	(3.579)	267	(3.312)						
Imposto de renda e contribuição social	1.388	(91)	1.297	1.380	(91)	1.289						
Lucro líquido (prejuízo)	(2.190)	176	(2.014)	(2.199)	176	(2.023)						

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2017, aprovou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.2. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da TAG e de sua controlada é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. "OPERAÇÃO LAVA JATO" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras (controladora). Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras e a TAG não realizaram quaisquer pagamentos indevidos.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Ex-executivos da Petrobras (Controladora) foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no exercício de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa, incluindo malha Nordeste e Sudeste, no montante de R\$ 324 de gastos capitalizados, referente a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores, sendo que R\$ 179 são relativos a malha Sudeste transferida para a NTS (nota 1.1).

3.1. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos gastos adicionais impostos nos contratos com as empreiteiras e fornecedores ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras (Controladora) desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A companhia monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente reconhecida em 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da TAG e de sua controlada.

O controle é obtido quando a TAG possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A nota explicativa 8 apresenta a empresa consolidada.

A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

4.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)	
	31.12.2016	31.12.2015	2016	2015
		reapresentado		reapresentado
Consolidado - IFRS	8.864	3.504	7.142	(2.023)
Despesas diferidas líquidas de IR	(7)	(67)	28	9
Controladora - CPC	8.857	3.437	7.170	(2.014)

4.2. Instrumentos Financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.2.3. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

4.3. Investimentos societários

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento em entidade Controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Controlada. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Os dividendos recebidos proveniente dos investimentos societários são registrados como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.4. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 9.

4.5. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões e *softwares*.4.6. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.7. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

4.8. Receitas diferidas

Apresentam os resultados financeiros positivos e as variações cambiais líquidas (quando credores), incorridos na fase pré-operacional de construção de ativos imobilizados até 30 de novembro de 2008 (data de início das operações) e que serão amortizados a uma taxa de 10% ao ano.

4.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa. Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.12. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido em conta de passivo como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

4.13. Reconhecimento de receitas, custo e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural (nota explicativa 1), que inclui cláusulas de "ship or pay", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, os encargos de arrendamentos financeiros, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela TAG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 21.

5.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

a) IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

7. CONTAS A RECEBER

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
	representado	representado	representado	representado
Cientes				
Terceiros	4	4	4	4
Partes relacionadas (nota explicativa 13)	1.947	1.631	1.844	1.631
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 12)	-	653	-	-
Recebíveis de ativos financeiros (a)	794	4.351	59	1.719
	2.745	6.639	1.907	3.354
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3)	(2)	(3)	(2)
	2.742	6.637	1.904	3.352

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

Em 2016, os recursos aplicados no FIDC foram parcialmente utilizados para a liquidação dos financiamentos da Companhia (nota explicativa 11).

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 22.3.

8. INVESTIMENTOS

8.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresas consolidadas	% de Participação direta da TAG	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN	100%	100%	2.325	891

8.2. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2015	Transferência para a Petrobras	Transações de capital	Resultado de participação em investimentos	Saldo em 31.12.2016
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN (*)	(122)	-	1.556	891	2.325
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS (*)	(195)	(291)	-	486	-

(*) Em 31/12/2015, o saldo dos investimentos foram apresentados na rubrica provisão para perda de investimentos.

8.2.1. Informações sobre as controladas

Em 15 de dezembro de 2014, a Controladora Petrobras aprovou a designação da Companhia para exercer a opção de compra, junto a NT HOLDING CO. LTD., das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN e da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS pelo valor de R\$ 3, cada uma.

A NTN e NTS são entidades estruturadas na forma de Sociedades de Propósito Específico - SPE cujo objetivo é o atendimento às necessidades da Petrobras, na ampliação das malhas de gasodutos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Em 21 de outubro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na Companhia que aprovou a redução do seu capital social, mediante a transferência da totalidade das suas ações na NTS para a Petrobras, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, condicionando sua efetivação a emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que ocorreu em 24 de outubro de 2016.

9. IMOBILIZADO

9.1. Por tipo de ativos

	Consolidado		Controladora		
	Total	Edificações e benfeitorias	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	23.428	204	22.806	395	23.405
Adições	79	-	-	79	79
Baixas	(29)	-	(1)	(28)	(29)
Transferências (*)	(26)	10	43	(79)	(26)
Depreciação	(898)	(11)	(887)	-	(898)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.554	203	21.961	367	22.531
Custo	28.088	258	27.440	367	28.065
Depreciação acumulada	(5.534)	(55)	(5.479)	-	(5.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.554	203	21.961	367	22.531
Adições	44	-	-	44	44
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências (*)	(6.069)	(72)	(7.304)	(141)	(7.517)
Depreciação	(834)	(12)	(810)	-	(822)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.695	119	13.847	270	14.236
Custo	20.690	168	18.238	270	18.676
Depreciação acumulada	(4.995)	(49)	(4.391)	-	(4.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.695	119	13.847	270	14.236
Tempo de vida útil médio ponderado em anos		16 a 30	até 30		

(*) Inclui transferência para outras contas patrimoniais e a transferência de ativos para a NTS (nota explicativa 1.1).

Em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 484 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2015).

9.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.2016
até 5 anos	2	(35)	(33)
6 - 10 anos	139	(132)	7
11 - 15 anos	-	-	-
16 - 20 anos	877	(263)	614
21 - 25 anos	7	(1)	6
26 - 30 anos	17.362	(3.999)	13.363
30 anos em diante	18	(10)	8
	18.405	(4.440)	13.965
Edificações e benfeitorias	168	(49)	119
Equipamentos e outros bens	18.237	(4.391)	13.846

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2016, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

10. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Terceiros no país	35	37	34	35
Terceiros no exterior	-	29	-	29
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	158	221	62	84
Saldo total no Passivo Circulante	193	287	96	148

11. FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos se destinaram à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento. A apresentação das demonstrações contábeis nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

Em 21 de outubro de 2016, a dívida da Companhia com a PGT, no valor de R\$ 5.742 foi transferida para a NTS (nota explicativa 1.1) e em dezembro de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente parcela da dívida com o BNDES, no valor de R\$ 13.844.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

Não Circulante	Consolidado		Controladora	
	Total	Mercado Bancário	Outros	Total
No país				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	13.130	13.130	-	13.130
Juros incorridos no período	5	5	-	5
Variações monetárias e cambiais	3.938	3.938	-	3.938
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(956)	(956)	-	(956)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	16.117	16.117	-	16.117
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.454	-	4.454	4.454
Juros incorridos no período	168	-	168	168
Variações monetárias e cambiais	(1.011)	-	(1.011)	(1.011)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(3.611)	-	(3.611)	(3.611)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	16.117	16.117	-	16.117

Não Circulante

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Endividamento de Curto Prazo				
Parcela circulante de Endividamento de Longo Prazo	-	8.705	-	5.662
Juros Provisionados	874	3.459	874	2.723
	874	12.164	874	8.385

Circulante

Vencimento em	Consolidado		Controladora	
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos
Financiamentos em Reais (R\$)	669	1.274	1.188	328
Indexados a taxas flutuantes	669	1.274	1.188	328
Financiamentos em Dólares (US\$):	205	407	407	204
Indexados a taxas fixas	205	407	407	204
Total em 31 de dezembro de 2016	874	1.681	1.595	532
Total em 31 de dezembro de 2015	12.164	3.548	3.548	3.158

11.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	Consolidado				
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Total
Financiamentos em Reais (R\$)	669	1.274	1.188	328	3.459
Indexados a taxas flutuantes	669	1.274	1.188	328	3.459
Financiamentos em Dólares (US\$):	205	407	407	204	1.223
Indexados a taxas fixas	205	407	407	204	1.223
Total em 31 de dezembro de 2016	874	1.681	1.595	532	4.682
Total em 31 de dezembro de 2015	12.164	3.548	3.548	3.158	28.281

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio dos financiamentos é de 2,43 anos.

11.2. Garantias

Os financiamentos concedidos por instituições de fomento são garantidos pela Petrobras.

12. ARRENDAMENTOS MERCANTIS

Compromissos Estimados	Controladora		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2017	123	32	91
2018 - 2021	496	213	283
2022 em diante	1.126	248	878
Em 31 de dezembro de 2016	1.745	493	1.252
Circulante			21
Não circulante			914
Em 31 de dezembro de 2016			935

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, e contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 37.

15.5. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível ao acionista	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Quantidade de ações ordinárias	3.289.910	5.351.158	3.289.910	5.351.158
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	2,17	(0,38)	2,18	(0,38)

16. RECEITA DE SERVIÇOS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de serviços	7.407	7.213	7.319	7.213
Encargos sobre serviços	(1.047)	(1.016)	(1.033)	(1.016)
Receita de serviços	6.360	6.197	6.286	6.197

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Penalidade sobre venda de serviços (*)	553	-	553	-
(Perdas)/Reversão com processos judiciais	-	25	-	(1)
Subvenções e assistências governamentais	425	1	425	1
Seguros	10	-	10	-
Outros	7	(19)	25	(17)
	995	7	1.013	(17)

(*) refere-se à penalidade prevista nas cláusulas de "Penalidade de Variação" dos Contratos de Serviço de Transporte celebrados com a Petrobras, reconhecida após a conclusão do levantamento de informações e alinhamento entre o carregador e o transportador sobre a metodologia.

18. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(26)	(25)	(26)	(25)
Depreciação e amortização	(834)	(899)	(822)	(916)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(60)	(43)	(60)	(43)
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(85)	(84)	(86)	(84)
Operação e manutenção	(272)	(256)	(272)	(256)
Tributárias	(228)	(672)	100	(241)
Penalidade sobre venda de serviços	553	-	553	-
(Perdas)/Reversão com processos judiciais	-	25	-	(1)
Subvenções e assistências governamentais	425	1	425	1
Seguros	10	-	10	-
Outros	6	(22)	26	(18)
	(511)	(1.975)	(152)	(1.583)

Na Demonstração do Resultado

Custo dos produtos e serviços prestados	(1.218)	(1.251)	(1.206)	(1.251)
Gerais e administrativas	(60)	(58)	(59)	(73)
Tributárias	(228)	(673)	100	(242)
Outras (receitas) despesas líquidas	995	7	1.013	(17)
	(511)	(1.975)	(152)	(1.583)

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	3.609	(8.767)	2.948	(7.644)
Despesa com endividamentos	(1.385)	(1.544)	(1.225)	(1.433)
Receita com aplicações financeiras	-	1	-	1
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	2.224	(10.310)	1.723	(9.076)
Encargos sobre obrigações arrendamento financeiro, líquido	(61)	(63)	(61)	(63)
Receita com arrendamento financeiro	1.091	1.947	-	-
Atualização monetária sobre arrendamento financeiro	(100)	(161)	(100)	(100)
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	830	657	435	435
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	62	(21)	52	(28)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	350	417	270	417
Resultado financeiro líquido	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)
Receitas	1.928	2.611	494	456
Despesas	(1.392)	(1.634)	(1.293)	(1.544)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	3.840	(8.511)	3.118	(7.327)
	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valores pagos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	1.892	1.339	1.479	902
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	161	162	161	162

21. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

21.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo não circulante				
Trabalhistas	7	1	5	1
	7	1	5	1
Saldo inicial	1	27	1	2
Adições (Baixas), líquidas	6	(26)	4	(1)
Saldo final	7	1	5	1

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Trabalhistas	1	7	1	2
Fiscais	109	75	109	75
Cíveis	2	1	2	1
	112	83	112	78

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Cíveis	354
Trabalhistas	12
Previdenciárias	888
Ambientais	104
Outros	1.361

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo 1) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS - A.I. nº 4.026.759-3, 4.039.559-5, 4.005.552-8, 4.026.203, 4.042.170-3, 4.028.592-3, 4.080.240-1 e 0086464-96.2016.4.02.5101. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa, onde a companhia tem buscado assegurar seus direitos.	425

Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo 2) Execução Fiscal para cobrança de tributos da Gasene - PA 2.082.082-2, 5.655.279-3 e 2.072.173-4. Situação atual: Aguardando a análise do Fisco Estadual quanto à impugnação apresentada pela TAG.	350
---	-----

Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro 4) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS Situação atual: Recurso interposto perante instância administrativa	14
--	----

5) Processos diversos de natureza fiscal	99
--	----

Total de processos de natureza fiscal	888
--	------------

Descrição dos processos de natureza cível

Autor: Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

1) Perdas e danos pelo inadimplemento do contrato com o Consórcio Masa. Situação atual: Ação movida pela TAG contra o Consórcio MASA-ARG em função de inadimplemento de contrato, sendo que em 10/10/2006, o consórcio apresentou reconvenção contra a TAG. Em 08/03/2010 a TAG foi condenada em 1ª instância ao pagamento dos prejuízos do Consórcio no ano de 2005 e a devolução do seguro recebido após o ajuizamento da causa, recorrendo da sentença. Após discussões em Tribunais de instâncias inferiores, com recursos de ambas empresas, em 03/02/2014, os recursos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.	354
--	-----

Total de processos de natureza cível	354
---	------------

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão da TAG é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia e suas controladas possam atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

22.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos sujeito à variação cambial do Dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota 12.1 cujo saldo está valorizado pela taxa de fechamento de 3,2591, em 31 de dezembro de 2016.

a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Em 31.12.2016	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Financiamentos	Dólar/Real	1.223	306	612

22.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de juros variáveis, considerando que o cenário provável é a atualização do valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015 pelas mesmas taxas de juros nesta data, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

a) Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em 31.12.2016	Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Financiamentos (TJLP)	3.814	954	1.907

22.3. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Vencimento	Consolidado						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	31.12.2016
	1.135	1.079	1.021	965	825	825	5.850

22.5. Seguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a TAG transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

23. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos de caixa e equivalente de caixa, do contas a receber, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Transportadora Associada de Gás S.A.

CNPJ Nº 06.248.349/0001-23 – Empresa do Sistema Petrobras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROBERTO MORO

Presidente

ERICK PORTELLA PETTENDORFER

Conselheiro

GUILHERME PONTES GALVÃO FRANCA

Conselheiro

MURILO FRANCISCO BARELLA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS

Diretor Superintendente

ANA PAULA LOPES DO VALE SARAIVA

Diretora Administrativo-Financeira

FERNANDO JOSÉ ENNES DE SENNA

Diretor Técnico-Operacional

PAULO LEONARDO MARINHO FILHO

Diretor Comercial

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO - Contador - CRC-RJ - 087118/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à manutenção do ativo diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

b) Operação Lava Jato

Chamamos atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descrevem os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

c) Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 13 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os ventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000169/O05 "F" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador
CRC RJ-092563/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tendo por base o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 28 de março de 2016, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou conhecimento, ainda, da proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Da análise sobre a situação financeira da companhia, tendo como base o fluxo de caixa projetado apresentado, o Conselho Fiscal é de opinião que a proposta de constituição da Reserva Especial no valor de R\$ 2.424.827.397,50 (dois bilhões, quatrocentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), nos termos dos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da lei das Sociedades por Ações encontra-se em condição de ser aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Ressalta-se que o saldo da Reserva Especial que não for absorvido por prejuízos de exercícios subsequentes, deverá ser pago como dividendos, assim que permitir a situação financeira da companhia.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido ao longo do exercício, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

Marcia Castanheira Schneider
Presidente

William Luiz de Souza Monteiro
Conselheiro

Rodrigo Sampaio Marques
Conselheiro